

1. CONCLUSÕES  
DO CONGRESSO

2. PROGRAMA  
DO CONGRESSO



# 1. CONCLUSÕES DO CONGRESSO



**A.** O Crédito Agrícola está a comemorar um século de existência enquanto Instituição profundamente enraizada na vida económica e social do nosso País.

Ao longo da sua História e enquanto organização da Economia Social, o Crédito Agrícola tem dado um contributo excepcional para o desenvolvimento económico, social e cultural das Comunidades e Regiões onde desde a sua origem tem exercido a sua actividade.

Em particular, tem dado um contributo, sem paralelo nas Instituições financeiras para o combate à desertificação e ao abandono de muitas regiões, fora dos dois grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

**B.** O Congresso do Centenário do Crédito Agrícola realiza-se num momento difícil da vida do nosso País, com repercussões particularmente complexas sobre as condições de mercado onde o Crédito Agrícola desenvolve a sua actividade e sobre a própria Sociedade Portuguesa.

Em particular, está a enfrentar as pressões crescentes da concorrência sobre a sua base de clientes e Associados, ao mesmo tempo que se deteriora o mercado do crédito, com reflexos sobre as condições de exploração e rentabilidade da generalidade das Caixas, Caixa Central e Empresas do Grupo.

No entanto, o Crédito Agrícola e em particular as Caixas Associadas, ao longo de uma História de um século, já demonstraram ser capazes de enfrentar e de ultrapassar, com sucesso, condições sociais, políticas, económicas e financeiras igualmente difíceis, mercê da sua natureza cooperativa, de que decorre um enraizamento com as comunidades locais onde desenvolve a sua actividade e que não tem paralelo na Economia e no Sistema Financeiro Português.

**C.** O Crédito Agrícola, embora se debata com as dificuldades próprias de um Grupo Financeiro de dimensão média, enfrenta as pressões da crise que se abatem sobre a Sociedade Portuguesa e sobre os mercados financeiros e bancários, com a confiança que decorre de um conjunto de factores e de pontos fortes de que se destaca:

- a sua natureza cooperativa e a banca de proximidade que tem praticado desde as suas origens e que lhe garante um enraizamento ímpar nas comunidades locais;
- a sua solvabilidade e liquidez, que garantem uma plataforma sólida para enfrentar as pressões crescentes dos Mercados;
- os avanços organizativos e tecnológicos que resultaram de anos de investimento e esforço e que o prepararam para as profundas transformações a que estamos a assistir na actividade financeira e bancária;
- o movimento de reorganização e de redimensionamento que as Caixas Associadas têm levado a cabo, com o objectivo de aumentarem a sua contribuição para o desenvolvimento económica e social das regiões onde operam e de melhorarem a sua capacidade organizativa e financeira.

**D.** Tendo assim presente, por um lado as dificuldades com que se debate a economia portuguesa e as pressões que estas estão a fazer incidir sobre os mercados financeiros e os seus reflexos sobre as condições em que o Crédito Agrícola tem de exercer a sua actividade e, por outro, a situação actual do nosso Grupo, as intervenções e os trabalhos do Congresso permitiram chegar às conclusões seguintes:

**1.** O Crédito Agrícola, ao longo da sua História centenária e enquanto Instituição da Economia Social, tem dado um contributo de relevo ao desenvolvimento económico e social de Regiões importantes do nosso País;

Tem-no feito apesar das dificuldades legais e regulamentares que têm limitado a actuação das Caixas Agrícolas, enquanto instrumentos de intermediação financeira ao serviço das Comunidades onde tiveram a sua origem e no seio das quais exercem a sua actividade.

Neste contexto e dada a complexidade da conjuntura económica actual e, sobretudo a situação de solvabilidade e liquidez únicas no nosso Sistema Financeiro, e bem assim, as condições organizativas e tecnológicas com que o Crédito Agrícola enfrenta a crise, considera-se ser crucial que sejam eliminados do seu enquadramento jurídico e regulamentar os dispositivos que ainda hoje impedem que as Caixas Agrícolas desenvolvem a sua actividade no mercado de forma plena.

O desaparecimento de tais dispositivos, que continuam a impedir as Caixas Agrícolas de utilizarem na sua actividade instrumentos que são hoje fundamentais para a defesa, quer da sua solidez financeira e patrimonial, quer da sua posição competitiva no mercado, não deve, no entanto, colidir, nem pôr em causa a sua natureza cooperativa e a sua autonomia;

**2.** O movimento de fusões que tem originado o desaparecimento de algumas Caixas Agrícolas e a criação de Caixas Agrícolas de maior dimensão, sendo importante, porquanto permite o aparecimento de entidades mais apetrechadas para apoiar as Regiões onde operam e para responder aos desafios que o mercado e a regulação estão a colocar, não deve, no entanto, pôr em causa a ligação do Crédito Agrícola às Comunidades locais;

Neste sentido, os processos de fusão de Caixas devem ter em atenção os princípios cooperativos e de proximidade, reduzindo as assimetrias entre Caixas, não evoluindo, no entanto, para uma concentração excessiva, procurando antes a eficiência e a optimização.

O Crédito Agrícola deve assim procurar assentar a sua estratégia, dirigida à consolidação da sua posição no Mercado e na Sociedade Portuguesa, nas vantagens que decorrem da sua natureza cooperativa e na banca de proximidade que tem praticado desde as suas origens;

3. As Caixas de Crédito Agrícola crescentemente abertas à diversidade das operações financeiras, para todos os sectores da vida económica e social do País, reafirmam neste Congresso do Centenário, a sua vocação histórica de entidade bancária cooperativa particularmente empenhada no financiamento da agricultura portuguesa.

4. O modelo organizativo e de funcionamento da Caixa Central deve evoluir de modo a que o exercício das suas funções seja feito de forma transparente e com a maior eficiência.

Tais ajustamentos devem ser feitos tendo presentes três eixos de preocupações fundamentais:

- as pressões crescentes do mercado sobre as condições em que as Caixas Associadas e a própria Caixa Central exercem a sua actividade;
- as exigências igualmente crescentes das Autoridades de Regulação e de Supervisão que estão a atribuir responsabilidades crescentes à Caixa Central;
- o interesse em criar condições de organização e operacionais que favoreçam a articulação e a qualidade do serviço prestado às Caixas Associadas e que garantam transparência, quer nos custos dos serviços prestados, quer na remuneração dos recursos que as Caixas aplicam na Caixa Central.

5. O Modelo de Governação do Grupo deve ser ajustado, de modo a que simultaneamente:

- garanta uma clara definição das linhas de coordenação, decisão e de responsabilidade no seio do Grupo;
- seja um factor de unidade, coesão e confiança entre as Caixas Associadas, a Caixa Central e as empresas do Grupo, criando condições para que as Caixas acompanhem e participem, através dos Órgãos Sociais Centrais do Grupo, quer na definição das orientações que enquadram a actividade do Crédito Agrícola, quer na própria execução de tais linhas pelos Órgãos Executivos da Caixa Central e das empresas participadas.

6. Dada a crescente importância deste segmento de mercado, como reflexo da crise, o Crédito Agrícola deve procurar reforçar a sua presença perto das comunidades e mercados onde trabalham e vivem fortes comunidades de emigrantes, quer na captação de poupanças, quer no apoio aos seus negócios.

**7.** No que respeita ao seu modelo de negócio, o Crédito Agrícola deve apostar cada vez mais na prestação de serviços especializados – seguros, cartões de crédito, operações com o estrangeiro, gestão de activos, etc. – no quadro de desenvolvimento de relações de negócios abrangentes com os seus clientes que complementem a intermediação financeira com a prestação dos serviços referidos, visando igualmente o aprofundamento da vinculação dos clientes.

O Crédito Agrícola deve apostar nas novas gerações e articular a Banca de proximidade com os novos canais tecnológicos e de Banca electrónica, que vão ter uma importância crescente.

O Crédito Agrícola deve igualmente procurar melhorar a sua presença no segmento médio e superior das PME nacionais, atendendo a que, no momento presente, a sua clientela empresarial é predominantemente constituída pelo segmento inferior das PMEs, micro-negócios e ENIs.

Em termos de imagem e notoriedade, o Crédito Agrícola deve procurar fortalecer a imagem transmitida para o mercado e a sociedade, como instituição financeira sólida e fiável, atendendo à importância que a notoriedade das instituições financeiras tem como factor de sustentação do seu negócio.

**8.** Tirando partido da sua natureza de Banca Cooperativa, o Crédito Agrícola deve assim intensificar, no futuro, a atracção de novas gerações de Associados, criando produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades.

**9.** O Crédito Agrícola deve procurar intensificar a sua cooperação com os Bancos Cooperativos de outros Países, recorrendo a parcerias especializadas que possam trazer novas capacidades técnicas, operacionais e comerciais, ao serviço dos nossos Associados e Clientes.

**10.** O Crédito Agrícola, enquanto Grupo Financeiro, deve prosseguir e intensificar o esforço de racionalização e de melhoria da sua organização, de modo a conter e a reduzir os custos administrativos e de suporte que hoje afectam a sua rentabilidade global.

**11.** A FENACAM como Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola e representante político institucional das mesmas, a quem compete preservar a natureza cooperativa do Crédito Agrícola, deve valorizar o seu papel de representação junto dos vários fóruns de diálogo civil, tanto a nível interno como externo, nomeadamente junto das várias instâncias da União Europeia e congéneres internacionais.



A FENACAM deve igualmente desenvolver uma política de informação para o universo das associadas, promovendo iniciativas de debate e envolvendo as suas associadas na discussão dos problemas do Crédito Agrícola recorrendo, quando justificável, a análise, estudo e colheita de experiências das suas congéneres internacionais. Deverá ser privilegiado o reforço da utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação.

A FENACAM deve ainda empenhar-se na modernização, eficácia e actualização permanente dos seus serviços operacionais, nomeadamente ao nível da auditoria e certificação de contas, avaliações e num futuro próximo nas peritagens no âmbito da actividade seguradora; valorizando assim, as mais-valias e a credibilidade que tais funções transportam para todo o Crédito Agrícola.

**12.** Por último, o Congresso recomenda uma permanente e construtiva parceria institucional entre a FENACAM e a CAIXA CENTRAL em defesa dos interesses do Crédito Agrícola, considerando que o papel da FENACAM é insubstituível, no contexto do Crédito Agrícola em Portugal e deve ser reforçada a sua intervenção na Representação Institucional.

Com estas conclusões e sobretudo com a adopção destas linhas de orientação estratégica, o Crédito Agrícola Português sente-se determinado e preparado para virar a página do Centenário e enfrentar o futuro com responsabilidade e afirmação, e deste modo consolidar a sua posição no mercado e sobretudo na Sociedade Portuguesa.

Congresso do Centenário, Lisboa 26 de Novembro de 2011



## 2. PROGRAMA DO CONGRESSO



25 de Novembro 6.ª Feira

10:00H ABERTURA

**Sr. Carlos Courelas** – Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central  
**Prof.ª Dra. Assunção Cristas** – Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em representação do Primeiro-Ministro

10:30H INTERVENÇÃO

**“A situação da Economia Portuguesa e o Mercado Bancário”**  
**Prof. Dr. António de Sousa** – Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

11:15H COFFEE-BREAK

11:30H I PAINEL

**“As funções da Caixa Central e os desafios actuais enfrentados pelo Crédito Agrícola”**  
**Sr. Carlos Courelas** – Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central  
**Dr. João Costa Pinto** – Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central

**Moderador: Dr. Nuno Carrilho** – Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Central  
**Debate**

13:00H ALMOÇO (BUFFET)

15:00H II PAINEL

**“A defesa dos princípios cooperativos e a Banca de proximidade, nos processos de consolidação das Caixas Agrícolas”**  
**Eng.º Licínio Pina** – Vogal do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central

**Moderador: Dr. Nuno Carrilho** – Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Central  
**Debate**

16:15H COFFEE-BREAK

**16:45H** III PAINEL

**“O papel da FENACAM no contexto dos desafios actuais”**

**Eng.º Francisco Silva e Prof. Arnaldo Santos** – Direcção da FENACAM

**Moderador: Dr. João Saúde** – Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

**Debate**

**18:30H** ENCERRAMENTO DO 1.º DIA DO CONGRESSO

**21:00H** JANTAR DO CENTENÁRIO – TAPADA DA AJUDA

**26 de Novembro** Sábado

**09:30H** IV PAINEL

**“A Economia Social e a Responsabilidade Social na situação actual”**

**Padre Dr. Vitor Melícias**

**Dr. Eduardo Graça** – Presidente da CASES

**Intervenção pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira**

**Moderador: Professor Arnaldo Santos** – Direcção da FENACAM

**Debate**

**10:15H** COFFEE-BREAK

**10:30H** V PAINEL

**“A situação da Zona Euro e a Banca Cooperativa”**

**Prof. Giovanni Ferri** – Universidade de Bari

**Prof. José Carlos Diez** – Intermoney

**Dr. Renato Feitor (Moderação e Intervenção)** – Membro do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central

**Debate**

**12:00H** CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO DO CONGRESSO

**Eng.º Francisco Silva** – Presidente da Direcção da FENACAM

**Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva** – Presidente da República